



Número: **0800151-36.2020.8.20.5130**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de São José de Mipibu**

Última distribuição : **28/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 21.750,00**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
V. B. D. S. (AUTOR)		TIAGO ALVES DA SILVA (ADVOGADO)	
DULCIMAR FRANCISCA DA SILVA (AUTOR)		TIAGO ALVES DA SILVA (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
53775180	28/02/2020 16:20	01 - PETIÇÃO INICIAL - DPVAT	Documento de Comprovação



MERITÍSSIMO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

VINÍCIUS BEZERRA DA SILVA, menor impúbere, neste ato, representado por sua curadora (termo de curatela em **ANEXO**), Sra. **DULCIMAR FRANCISCA DA SILVA CARVALHO**, brasileira, casada, do lar, RG.: 001.59.558 SSP/RN, CPF.: 897.273.474-87, endereço eletrônico desconhecido, residente e domiciliada na Rua Porto Seguro, nº 27, Centro, São José de Mipibu/RN, CEP.: 59.162-000. Veem à presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado, legalmente constituído, propor o presente:

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT C/C
INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS c/c PEDIDO DE
LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro RJ, CEP: 20031-205; pelas razões que passa a expor: DPVAT, pelos seguintes fatos e fundamentos:

Rua Barão de Mipibu, 125, Centro, São José de Mipibu, CEP: 59.162-000
Tel.: (84) 99938-3596 / 98150-3596 – advocaciampibu@hotmail.com



DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Os requerentes são pessoas de baixa renda e, destarte, não possuem condições de arcar com as despesas processuais da presente demanda sem comprometer seu sustento e de seus familiares.

Por este motivo, requer sejam concedidos os benefícios da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**, na forma da Lei nº 1.060/50 e posteriores alterações.

DOS FATOS:

Informam os autores que, no dia **14** (quatorze) **de novembro de 2018** (dois mil e dezoito), em defluência de um **TRÁGICO** acidente de trânsito, o senhor **EVERALDO VICENTE DA SILVA** veio a óbito, como pode-se facilmente ser comprovado em sua certidão de óbito em **ANEXO**.

Dessa forma, atendendo aos critérios do Seguro **DPVAT**, direito que assiste o cidadão brasileiro, a curadora do único herdeiro legal - tendo em vista o óbito da esposa do Sr. **EVERALDO**, 1 (um) ano antes da sua - Sra. **DULCIMAR FRANCISCA DA SILVA CARVALHO**, requereu por via administrativa a indenização do seguro em comento no dia **19** (dezenove) **de junho de 2019** (dois mil e dezenove).

Feito isso, passaram-se os dias e após quase quatro meses, de forma mais específica, no dia **08** (oito) **de outubro de 2019** (dois mil e dezenove), foi depositada a indenização, em decorrência do óbito do segurado.

Ocorre que, nobre Julgador, como pode-se observar no extrato processual em anexo a estes autos, para desespero do autor, **o valor da indenização foi depositado pela metade**. Isto é, foram depositados apenas **R\$ 6.750,00** (seis mil, setecentos e cinquenta reais), quando na verdade o valor correto a ser depositado deveria ser o montante de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais). Um vez que o autor, é o único dependente do seu falecido pai.

Ainda neste diapasão, o autor achou estranho o fato de não ter sido paga por completo a indenização, diante da estranheza, ligou para a seguradora, ora ré, e questionou sobre o ocorrido, explicando de forma clara a situação, foi quando a atendente informou que o restante do pagamento não

Rua Barão de Mipibu, 125, Centro, São José de Mipibu, CEP: 59.162-000
Tel.: (84) 99938-3596 / 98150-3596 – advocaciampibu@hotmail.com





havia sido realizado. Pois, não havia restado comprovado que o autor não havia deixado apenas um herdeiro, ou seja, a funcionária da empresa demandada disse que não restou comprovado que a vítima, Sr. **EVERALDO VICENTE DA SILVA**, era viúvo no momento de seu óbito.

Diante da fala da funcionária, informamos que no ato do envio da documentação, havia sido enviada a certidão de óbito da esposa da vítima. Ocorre que, a funcionária informou que para que o pagamento fosse realizado, deveria ser enviada a empresa seguradora a certidão de casamento atualizada dos *de cujus* informando o óbito destes, juntamente com a certidão de óbito da sua esposa.

Como demonstração de boa-fé, bem como vontade de se realizar todo o processo por via administrativa, e, dessa forma gerar celeridade a demanda, a autora diligenciou junto ao cartório e em poucos dias enviou o restante da documentação, qual seja: Certidão de casamento atualizada do Sr. **EVERALDO VICENTE DA SILVA** e da Sra. **LUCIANA OLINTO BEZERRA** e a certidão de óbito da Sra. **LUCIANA OLINTO BEZERRA**.

Ocorre que, como Vossa Excelência pode observar no extrato do processo administrativo da seguradora, ora demanda, o restante da indenização ainda não foi pago, e, destarte, vale salientar que desde o ato de envio da documentação, até o presente momento, já se passaram mais de dois meses, fato que ultrapassa a esfera do mero dissabor.

É diante de tal fato, que a Suplicante, vem com todas as vênias possíveis, perante esse juízo, esperando ser devida indenizada, na forma do **Art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.194/74**, com redação dada pela **Lei nº 11.482/2007**, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

Não obstante, é diante disto, que a via judicial se faz necessário para que, desta sorte, Vossa Excelência determine que a seguradora, ora demandada pague a indenização referente ao **SEGURO OBRIGATÓRIO**. Com a devida correção monetária que deverá incidir a partir do dia da solicitação em via administrativa.

Rua Barão de Mipibu, 125, Centro, São José de Mipibu, CEP: 59.162-000
Tel.: (84) 99938-3596 / 98150-3596 – advocaciampibu@hotmail.com



DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, e isto é atestado pelo fato da indenização ter sido paga, ainda que pela metade, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus à parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:





“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”. Mediante a entrega dos seguintes documentos:

“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Dessa forma, restou claro o direito da requerente, que além de comprovar o acidente de trânsito, comprovou a existência de apenas um herdeiro legal, sendo este, **VINÍCIUS**, ora representado pela Sra. **DULCIMAR FRANCISCA**. Neste sentido, temos a decisão abaixo em caso similar:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). EVENTO MORTE. TETO INDENIZATÓRIO DEVIDO PELA METADE AO CÔNJUGE E O RESTANTE AOS HERDEIROS, EM QUOTAS IGUALITÁRIAS. PAGAMENTO AO CÔNJUGE QUE NÃO RECEBEU ADMINISTRATIVAMENTE. DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. NEGAR PROVIMENTO. 1. Segundo a Lei 6.194 /1974, o seguro DPVAT deve indenizar os danos decorrentes de acidente de trânsito que envolvam veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. 2. Na hipótese de morte, é devido o valor do R\$ 13.500,00 (treze mil, e quinhentos reais), conforme art. 3º, I, da Lei 6.194/1974. 2. No caso em tela, estando devidamente comprovada a condição de beneficiária pela autora e em existindo herdeiros, faz-se cabível a indenização do seguro DPVAT no montante de 50 % (cinquenta por cento). 3. Negar provimento.

(TJ-PE - APL: 4701371 PE, Relator: Bartolomeu Bueno, Data de Julgamento: 20/09/2017, 2ª Câmara Extraordinária Cível, Data de Publicação: 28/09/2017)

Posto isso, resta claro o direito da autora, direito este que foi cerceado pela empresa, ora demandada. Bem como resta claro a responsabilidade civil da empresa requerida.

Rua Barão de Mipibu, 125, Centro, São José de Mipibu, CEP: 59.162-000
Tel.: (84) 99938-3596 / 98150-3596 – advocaciampibu@hotmail.com





DO DANO MORAL

Diante do exposto nos fatos, é nítido a responsabilidade civil da ré perante a autora, e não só perante a autora, mas também a quem é representado por ela, **VINÍCIUS**, uma criança que viu seus pais morrerem de forma trágica, a princípio, sua mãe, que em uma luta exaustiva contra o câncer o deixou, e em momento posterior, seu pai, em trágico acidente de trânsito.

Diante disto, como tentativa de manter a vida que o menor tinha, ainda que sem a presença dos pais, sua tia, ora representante legal, lutou arduamente para que VINÍCIUS tivesse o devido amparo.

Tentativa que foi frustrada pela empresa ora demandada, quanto de forma arbitrária não paga o valor de direito aos requerentes, comprometendo, assim, o sustento do menor, pois o valor serviria como forma de manter-se.

Diante disso, o dano moral é aquele que afeta a paz interior de cada um. Atinge o sentimento da pessoa, o decoro, o ego, a honra, enfim, tudo aquilo que não tem valor econômico, mas que lhe causa dor e sofrimento. É, pois, a dor física e/ou psicológica sentida pelo indivíduo.

A **Constituição Federal**, no título "**Dos Direitos e garantias fundamentais**", no **art. 5º, inciso V**, assegura o "**direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem**".

Por outro lado, a existência do dano moral não prescinde de comprovação eis que atinge o critério subjetivo de cada indivíduo, e, no caso em espécie, o evento danoso está devidamente provado pelo abalo psíquico que o menor sofreu ao ver que a sua subsistência e de toda sua família foi comprometida em virtude do não pagamento por completo da indenização devida.

Se há algum tempo havia discussão acerca da possibilidade de reparação do dano moral, hoje a questão é pacífica em nossos Tribunais, aplicando-se ao caso a decisão do Superior Tribunal de Justiça, relativa ao julgamento do Recurso Especial no. 8.768-SP, em que foi Relator o Min. Barros Monteiro e cuja Presidência cabia ao ilustre Min. Athos Gusmão Carneiro, cujo teor é o seguinte:

Rua Barão de Mipibu, 125, Centro, São José de Mipibu, CEP: 59.162-000
Tel.: (84) 99938-3596 / 98150-3596 – advocaciampibu@hotmail.com





"DANO MORAL PURO CARACTERIZAÇÃO.

Sobrevindo em razão do ato ilícito, perturbação nas relações psíquicas, na tranqüilidade, nos sentimentos e nos afetos de uma pessoa, configura-se o dano moral, passível de indenização. Recurso especial conhecido e provido."

A **jurisprudência** também é dominante nesse sentido, senão vejamos:

"O DANO PURAMENTE MORAL É INDENIZÁVEL"(STF, in RTJ, 5/1383).

"O DANO SIMPLEMENTE MORAL, SEM REPERCUSSÃO NO PATRIMÔNIO NÃO HÁ COMO SER PROVADO. ELE EXISTE TÃO-SOMENTE PELA OFENSA, E DELA É PRESUMIDO, SENDO O BASTANTE PARA JUSTIFICAR A INDENIZAÇÃO"(RT 86111/163).

Diante do exposto, tendo atingindo o ânimo e ferido as legítimas expectativas dos consumidores, a situação caracteriza o dano moral e merece reparação, devendo a ré ser condenada ao pagamento da indenização pelos prejuízos extrapatrimoniais sofridos em montante não inferior a **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), considerando a expressiva capacidade patrimonial e inadmissível conduta da requerida.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

"Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência."

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses

Rua Barão de Mipibu, 125, Centro, São José de Mipibu, CEP: 59.162-000
Tel.: (84) 99938-3596 / 98150-3596 – advocaciampibu@hotmail.com





da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim verbis:

Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L- 005.925-1973)

(...)

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L- 005.925-1973)

§ 4º - “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação eqüitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.”

(g. N.)

DO GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenada no pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, aplicando assim, o parágrafo 3º do art. 20, que assim prevê:

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez

Rua Barão de Mipibu, 125, Centro, São José de Mipibu, CEP: 59.162-000
Tel.: (84) 99938-3596 / 98150-3596 – advocaciampibu@hotmail.com





por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L- 005.925-1973)

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:

§ 4º – “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.)

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 20, § 4º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270- SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. Em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.”
(AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

DOS PEDIDOS

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as

Rua Barão de Mipibu, 125, Centro, São José de Mipibu, CEP: 59.162-000
Tel.: (84) 99938-3596 / 98150-3596 – advocaciampibu@hotmail.com





seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

- a) Sejam concedidos os benefícios da **gratuidade judiciária**, na forma da Lei nº 1.060/50 e posteriores alterações;
- b) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, for decretada a revelia da Seguradora Requerida, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);
- c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;
- d) conceder, liminarmente, a **antecipação dos efeitos da tutela**, de forma inaudita altera parte, determinando o IMEDIATO pagamento do restante da indenização, qual seja: **R\$ 6.750,00** (seis mil, setecentos e cinquenta reais), referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006;
- e) no mérito, que seja confirmada a liminar, julgando a presente Ação **TOTALMENTE PROCEDENTE**, reconhecendo o direito ao pagamento do restante da indenização, qual seja: **R\$ 6.750,00** (seis mil, setecentos e cinquenta reais) e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao **SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** com juros a partir da citação, e **CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice **INPC**, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que

Rua Barão de Mipibu, 125, Centro, São José de Mipibu, CEP: 59.162-000
Tel.: (84) 99938-3596 / 98150-3596 – advocaciampibu@hotmail.com





alterou o valor da indenização e fixou em até **R\$ 13.500,00**, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

- f) Que seja a empresa demandada condenada ao pagamento da indenização pelos prejuízos extrapatrimoniais sofridos em montante não inferior a **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), considerando a expressiva capacidade patrimonial e inadmissível conduta da requerida.
- g) Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%.

DO VALOR DA CAUSA:

Dá-se à causa o valor **R\$ 21.750,00** (vinte e um mil, setecentos e cinquenta reais), apenas para fins de alçada.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

São José de Mipibu/RN, 28 de fevereiro de 2020.

TIAGO ALVES DA SILVA PEDROSA
OAB/RN 11.971

Rua Barão de Mipibu, 125, Centro, São José de Mipibu, CEP: 59.162-000
Tel.: (84) 99938-3596 / 98150-3596 – advocaciampibu@hotmail.com

